



Ao G20 Social:

Pela construção do futuro do setor naval no Brasil com soberania nacional e trabalho decente

Nós, representantes de diversos segmentos envolvidos na cadeia produtiva naval brasileira, após nos reunirmos no Seminário: "Retomada da Indústria Naval: em defesa do trabalho decente e da soberania nacional" realizado na sede do Sindicato dos Engenheiros no Rio de Janeiro, dia 13 de novembro de 2024 em formato híbrido, vimos a público manifestar nossa preocupação com este setor econômico, cuja importância é estratégica para o desenvolvimento do país e fortalecimento da política industrial nacional.

Tal seminário foi realizado às vésperas da realização do G20 Social, evento que acontecerá no mesmo município e que tem por objetivo levar pautas de interesse da classe trabalhadora para governantes que compõem o G20.

Portanto, a retomada da indústria naval brasileira tem relação direta com tais pautas, uma vez que uma indústria naval forte significa a geração de postos de trabalho e de renda direta e indireta no país, o desenvolvimento de tecnologia, o fortalecimento da indústria e por consequência da soberania nacional.

O Brasil tem um litoral com milhares de quilômetros de extensão e possui, ainda, dezenas de milhares de quilômetros de rotas fluviais e lacustres. O potencial da

utilização do transporte aquaviário num país com estas características e as demandas abertas pela descoberta do pré-sal, para citar algumas das principais atividades, chamam a atenção para a importância estratégica de se desenvolver uma indústria naval forte e perene no país.

Essa indústria envolve uma longa e complexa cadeia produtiva, movimentando diversos outros ramos de atividade, como a indústria siderúrgica, eletromecânica, metalmecânica, química, têxtil e alimentícia, além do impacto no setor de comércio brasileiro. Os estaleiros brasileiros, no auge da produção da indústria naval, foram os principais construtores de embarcações não apenas petroleiras, mas também navios graneleiros e diversos tipos de transporte de carga, inclusive para exportação. Portanto, tem potencial para gerar dezenas de milhares de empregos de boa qualidade, arrecadação tributária em escala considerável e para ser um eixo de promoção do avanço científico e tecnológico no país.

Portanto, considerando tais características e potencial de desenvolvimento de uma política industrial integrada regionalmente, que busque a geração de postos de trabalho decente e o fortalecimento da soberania nacional, propomos:

1. Retomar uma política para o setor naval nacional, aproveitando as vocações e as estruturas remanescentes.
2. Impulsionar imediatamente as atividades no setor, retomando obras paradas e internalizando, quando possível, a construção de módulos de encomendas já existentes, por parte da Petrobras, visando recolocar os estaleiros nacionais em atividade e gerar empregos e renda já no curto prazo.
3. Utilizar o poder de compra estatal e as exigências de conteúdo local, no limite das possibilidades, como alavancas da retomada e desenvolvimento da indústria naval nacional. Neste aspecto, Petrobras e Marinha de Guerra devem exercer um papel central, seja nas encomendas de novas embarcações, seja para a realização de desmontes.

Adicionalmente, considerando o estágio avançado das discussões sobre geração de energia eólica offshore no país, assegurar também nesse segmento exigências de conteúdo local que possam gerar demanda na construção de equipamentos e embarcações.

4. Estimular o desenvolvimento da cadeia produtiva do setor naval brasileiro. Uma carteira ampla e de grande volume de encomendas por um longo período é um dos aspectos fundamentais para a realização de investimentos privados na indústria de navieças e nos estaleiros, em razão da escala de produção.

5. Assegurar os investimentos em P&D e a previsão contratual de transferência tecnológica como estratégia para o aumento da competitividade setorial e a

internalização de elos mais sofisticados da cadeia produtiva do setor, bem como para o próprio desenvolvimento industrial e nacional.

6. Assegurar o respeito aos direitos e às condições de trabalho, neste processo de retomada com forte participação estatal. É preciso realizar um programa abrangente de formação e requalificação profissional; retomar a fiscalização do trabalho de forma a garantir saúde e segurança; condicionar os estímulos ao estabelecimento de amplo e contínuo processo de negociação coletiva setorial. É necessário gerar empregos que primem pela qualidade.

7. Garantir a adoção das medidas necessárias à sustentabilidade ambiental nos programas de aquisição de novas embarcações, em toda a cadeia produtiva do setor naval, seja para a construção ou para o desmonte das embarcações.

8. Criar os instrumentos e mecanismos que assegurem transparência e controle social na execução dos projetos relacionados ao setor, envolvendo recursos públicos.

Adicionalmente, criar uma mesa tripartite de discussão, formulação e acompanhamento das políticas públicas voltadas ao setor.

9. Reconstruir um arcabouço institucional e financeiro que viabilize fontes de financiamento estáveis, capazes de atender às necessidades associadas às características dos investimentos. Esse arcabouço deve adiantar recursos em condições e prazos adequados e combinar fundos públicos, bancos de desenvolvimento, dentre outros instrumentos e garantias.

10. No curto prazo, revogar a Lei 14.301/22, conhecida como “BR do Mar”. Criar um novo marco legal, assegurando que a navegação de cabotagem seja feita com embarcações construídas no Brasil por empresas de bandeira nacional e com tripulação de brasileiros. Ademais, estimular a atuação de empresas brasileiras na navegação de longo curso.

11. Conceder incentivos fiscais ao setor naval brasileiro, sempre vinculados ao controle social e à avaliação dos impactos sobre emprego, renda e produtividade.

12. Proceder à implantação efetiva das hidrovias por meio dos investimentos necessários em infraestrutura, construção de eclusas, dragagem, derrocamentos e sinalização, para melhorar o equilíbrio de nossa matriz de transportes e aproveitar o imenso potencial hidroviário brasileiro.

13. Assegurar a perenidade da indústria naval brasileira fundamentalmente por meio da adoção de políticas de Estado voltadas ao setor, como parte de uma política maior de estímulo ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico do país. Foi assim que fizeram (e fazem) os países que têm uma forte indústria naval, como a China, os EUA, a Coreia do Sul, o Japão e a Noruega. Para tanto, é preciso adotar medidas de curto, mas também de médio e longo prazos.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2024.

Assinam:

- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
- Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos na Pesca e nos Portos (CONTTMAF)
- Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda de Niterói
- Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT-RJ)
- Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense
- Federação Interestadual dos Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (FITMETAL)
- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)
- Federação Única dos Petroleiros (FUP)
- Frente parlamentar de acompanhamento do polo Gaslub e em defesa dos empregos das indústrias naval, de petróleo e gás da ALERJ - Dep. Verônica Lima
- Frente parlamentar em defesa da indústria naval
- Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sintapi)
- Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ)
- Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis
- Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí
- Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté
- Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro
- Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar)
- Sindicato Nacional dos Mestres Amador e Arrais
- Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços de Máquinas